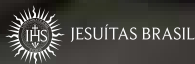


Cadernos
IHU *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

Ano 13 • nº 235 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)

Mozart Linhares da Silva

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)
Biopolitics, race and nation in Brazil (1870-1945)

Mozart Linhares da Silva
Universidade de Santa Cruz do Sul

Resumo

A partir do conceito de biopolítica, oriundo dos estudos foucaultianos, o artigo problematiza as relações entre raça/cor e narrativas identitárias nacionais entre 1870 e 1945, período em que a população aparece como objeto de intervenção do movimento eugenista e o Estado brasileiro firma as bases da chamada ideologia da democracia racial. A problematização proposta conduz a um segundo “nível” de análise, atinente à instituição da miscigenação como dispositivo de segurança, o que permitiu o equacionamento dos ditames eugenistas, evidentes na política de branqueamento nacional, com a construção da ideia de uma nação não racista.

Palavras-chave: biopolítica, dispositivo de segurança, Estado-nação, população, História

Abstract

From the concept of biopolitics, derived from Foucault studies, the paper discusses the relationship between race/color and national identity narratives between the years of 1870 and 1930, a period when the population appears as an object of intervention of the eugenics movement and the Brazilian state set the basis of the so-called racial democracy. The discussion proposed leads to a second “level” of analysis, relating to the institution of miscegenation as a security device, which allowed equating the eugenicist dictates, evident in national whitening policy, with the construction of the idea of a non-racist nation.

Keywords: biopolitics, security device, the nation-state, population, History

Cadernos
IHU *ideias*

**Biopolítica, raça e nação
no Brasil (1870-1945)**

Mozart Linhares da Silva

Universidade de Santa Cruz do Sul

ano 13 • nº 235 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 235 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Áttila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Áttila Alexius

Foto da capa: Tobias Beise Ulrich

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

BIOPOLÍTICA, RAÇA E NAÇÃO NO BRASIL (1870-1945)

*Mozart Linhares da Silva*¹

Universidade de Santa Cruz do Sul

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo problematizar, a partir do conceito foucaultiano de biopolítica, as relações entre raça, população e narrativas identitárias na construção da ideia de nação no Brasil na primeira metade do século XX. Essa problematização nos conduz a um segundo plano analítico, que toma a sempre problemática miscigenação enquanto um dispositivo estratégico no equacionamento entre as teses eugenistas de branqueamento da população e a construção de uma narrativa identitária nacional calcada na interdição do racismo. A chamada “ideologia da democracia racial”, enquanto estratégia biopolítica de Estado, é entendida, portanto, como uma racionalidade política que possibilita tanto a intervenção na configuração da população quanto sua constituição como corpo unificado para além da heterogeneidade racial. A miscigenação, nesse sentido, funciona como mobilizadora dessa racionalidade, pois não somente aciona mecanismos de regulação e gestão dos conflitos raciais como contorna a ideia de raça como estruturante na constituição da nacionalidade.

2 Biopolítica, população e racismo: breve comentário

Em 1975, por ocasião da publicação de *Vigiar e Punir*, Michel Foucault circunscreveu as formas a partir das quais os sujeitos são constituídos segundo tecnologias disciplinares, micropoderes que investem nos corpos, que os repartem, desarticulam e rearticulam, conforme certo processo normalizador. Trata-se de uma anátomo-política do corpo que visa à construção do sujeito, ou melhor, seu sujeitamento, maximização econômica e docilização política. Nas palavras de Foucault, “esses métodos

¹ Esta pesquisa conta com apoio do CNPq, FAPERGS e UNISC.

que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (2010, p. 133). A disciplina, grosso modo, se constitui como uma forma estruturante de governo dos homens, incide de modo calculado em seus gestos, comportamentos, atitudes, ações e percepções de mundo. Não é sem sentido que ela está na base das instituições de “sequestro”, ou melhor, de confinamento, como a prisão, a escola e a fábrica. Instituições, vale notar, que são microcosmos sociais.

Foucault situou a emergência da sociedade disciplinar entre os séculos XVII e XVIII, período historicamente conhecido pela Revolução Industrial e pelo Iluminismo, chamado pelo autor de era clássica. No decorrer do século XVIII, e nomeadamente no século XIX, Foucault identifica, ainda, o “desbloqueio” de uma nova racionalidade política que não apenas fez do corpo seu objeto, mas tomou a população como um problema estratégico. Descobre, nesse processo, o que chamou de biopolítica. Ele tratou da biopolítica pela primeira vez, ainda que de forma pouco sistematizada, no último capítulo do livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, de 1976 (2001); contudo, o conceito foi melhor detalhado na aula de 17 de março de 1976 no *Collège de France*, e publicado postumamente com o título *Em defesa da sociedade* (2002), e no Curso de 1978-79, *O nascimento da biopolítica* (2008). Segundo Foucault, “depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana” (2002, p. 289).

A descoberta da biopolítica traz outro elemento importante à análise do poder, iniciada em *Vigiar e Punir*. Não se trata, agora, de um poder que investe no corpo e se dissemina no tecido social, mas sim de um poder gestado no âmbito do Estado, que tem a vida da população como alvo. Segundo Duarte,

A partir do século 19 já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social (s/d, p. 3).

A entrada da vida nos cálculos do governo toma a população como organismo vivo que urgia conhecer em suas multiplicidades, especificidades e processos biológicos. Segundo Rabinow e Rose, “o conceito de ‘biopoder’ serve para trazer à tona um campo composto por tentativas

mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana” (2006, p. 28). Este “deslocamento do poder-saber do corpo-máquina para o corpo-espécie” fez emergir não somente a vida, mas a espécie humana como objeto do poder, o que explica, segundo Pelbart, a “introdução do racismo nos mecanismos de Estado, e como mecanismo fundamental do Estado” (2011, p. 57-59). Para Foucault,

o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo (2002, p. 304).

Este é o contexto da construção do Estado-nação moderno, em que as narrativas sobre a “identidade” nacional passaram a ser construídas. Para além das questões da língua, do território, da educação, de um sistema legal unificado, dos mitos fundadores e da História nacional, o que vai favorecer o processo de naturalização da chamada “identidade/cultura nacional” é a raça. De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, “a construção da nação significava a busca do princípio ‘um Estado, uma Nação’, e, portanto, em última análise, a negação da diversificação étnica entre os súditos” (2003, p. 83). É nesse sentido que o sentimento de pertencimento a uma coletividade razoavelmente homogênea precisa ser construído. Hobsbawm aponta que “a etnia, seja qual for sua base, é um modo prontamente definível de expressar um sentimento real de identidade grupal que liga os membros do ‘nós’, por enfatizar suas diferenças em relação a ‘eles’” (2008, p. 274). Finkelkraut destaca a seguinte passagem do pensador alemão Johann Gottfried Von Herder, um autor paradigmático do sentimento nacional, ou *Volksgeist*: “por mais longe que um homem esteja de seu tempo e de seu país, a cada período histórico e a cada nação da terra corresponde um tipo específico de humanidade” (1988, p. 17).

O problema da raça, nesse contexto do século XIX, ressignificará as estratégias do Estado quanto à população dos outros e quanto à sua própria população. Se a guerra, por exemplo, até então fora travada em nome de um Soberano, agora ela dirá respeito à população vivente de uma nação contra a de outra nação. É o que Foucault chamou de “guerra das raças”. Mas essa guerra não se reduz a embates entre populações distintas, ela opera mecanismos que intervêm internamente numa população. É nesse ponto que nos aproximamos da tecnologia eugênica, da arte que, segundo seu criador, Francis Galton (1822-1911), “may be defined as the science which deals with those social agencies that influence, mentally or

physically, the racial qualities of future generations” (GALTON, 1905, p. 1).²
Para Foucault,

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (2002, p. 304).

A batalha contra os mais fracos, os degenerados, inferiores e anormais, será objeto de programas de depuração da raça nacional. Uma nação eugênica era a condição da própria ideia de civilização no contexto de consolidação do Estado-nação. A envergadura desse processo pode ser mensurada quando observamos a criação de inúmeras sociedades eugenistas no ocidente moderno: Alemanha (1905), Inglaterra (1907), Estados Unidos (1910), França (1912), entre outros (De LUCA, 1999, p. 153).³ A ideia de degeneração racial assombrava os eugenistas, pois, de fato, o que se colocava era sua multiplicação acentuada pela via da hereditariedade. Desde 1857, com a publicação da obra de Morel (1809-1873), *Traçado das Degenerescências*, se entendia que os tipos humanos primitivos corroíam a população a partir de seus sucessivos cruzamentos disgênicos. Era preciso reordenar a proliferação, guiar a procriação e eliminar os já nascidos anormais, ou pelo menos impedir que se multiplicassem e espalhassem seus genes, ou melhor, seu plasma germinativo inferior (ODA, 2001 e CARRARA, 1998). Foucault aponta que

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (...). Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar (2002, p. 305).

2 Tradução do autor: Eugenia pode ser definida como a ciência que trata daqueles agentes sociais que influenciam, mentalmente ou fisicamente, as qualidades raciais das gerações futuras.

3 Nancy Stepan aponta que, “pelo final da década de 1920, 24 estados americanos haviam aprovado leis que previam esterilização involuntária, que foram aplicadas principalmente a internos pobres (e geralmente negros) das instituições para débeis mentais” (2005, p. 38). Segundo a autora, entre 1907 e o término da Segunda Guerra Mundial, 70 mil indivíduos foram esterilizados nos EUA.

É preciso destacar aqui, nesse cruzamento entre o indivíduo, raça e população, o dispositivo da sexualidade como forma de gestar a regulação da população, pois é nas microrrelações de poder que incidem sobre as opções e escolhas individuais que se pode politizar a vida e, assim, gerir a coletividade. Segundo Pelbart, “a sexualidade encontra-se precisamente nesse entrecruzamento entre os dois eixos da tecnologia política da vida, a do indivíduo e da espécie, a do adestramento dos corpos e a regulação das populações” (2011, p. 58). Para Duarte, “a sexualidade, tal como produzida por uma rede de saberes e poderes que agem sobre o corpo individual e sobre o corpo social, tornou-se a chave para a análise e para a produção da individualidade e da coletividade” (s/d, p. 3).

Para que a biopolítica fosse instituída como estratégia de Estado foi preciso, ainda, que este se apoiasse em “regimes de verdades” e autoridades de saber que chancelassem as suas próprias ações. Noutras palavras, a “verdade” sobre a vida e a população deveria estar calcada em autoridades de saber, competentes para falar a “verdade” e, o que é mais importante, o Estado deveria agir sobre uma coletividade para fazer com que a vida fosse garantida, mesmo à custa da vida de uns, ou muitos, pois que se trata do corpo-espécie da nação. Dessa forma, é preciso considerar que para tudo isso funcionar a contento é necessário outro elemento, ou seja, os modos de subjetivação,

através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29).

É necessária uma regulação entre Eros e Tântatos, entre estabelecer políticas em favor da vida e racionalizar os processos e eliminação desta. A garantia da vida passava, portanto, por uma política de fazer morrer. O genocídio, nesse sentido, não é algo que se impunha apenas aos outros, de outras nações, mas sim no centro da própria população. Este é o sentido que explica por que a eugenia não pode ser pensada fora do paradigma nacional. Ela é, justamente, parte desta biopolítica do Estado-nação, uma biopolítica que regula a população, que a protege de si mesma. A segurança da população passa por essa política que regula as multiplicidades e as ordena a partir do critério de quem merece ou não viver. A vida entra, assim, nesse cálculo político que administra, gere e regula a normalização da população. A eugenia foi apenas um desses elementos equacionados, mas fundamental para que a ideia de nação moderna fosse constituída.

Para tomar a população como objeto de intervenção política foi de fundamental importância a “descoberta” das “tecnologias de distância”, ou seja, a informação estatística (SENRA, 2006, p. 30). O poder sobre a vida e sua multiplicidade só foram possíveis graças à possibilidade de mensurar a população. Daí que a biopolítica “por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas” (REVEL, 2005, p. 26). Veiga-Neto e Lopes, nesta direção, apontam que “a invenção do biopoder, a partir de meados do século XVIII, foi correlata à invenção do conceito de população: um conjunto de indivíduos que são pensados coletivamente como uma unidade descritível, mensurável, conhecível e, por isso mesmo, governável” (2007, p. 995).

Segundo Senra,

regula-se a espécie humana, analisando-se e estudando-se seus processos biológicos: o homem é dissecado segundo a mecânica do nascimento e da mortalidade, segundo a duração da vida, a longevidade, segundo a saúde, dentre outras condições biológicas, culturais e sociais (2006, p. 30).

Carla Batista da Silva assinala que “esses fenômenos globais que diziam respeito à população implicavam uma complexa organização de gestão, de coordenação e de centralização, e é nesse ponto que a *biopolítica* se conecta com a *governamentalidade*” (2013, p. 11). Foucault aponta para o deslocamento de uma razão de Estado, desenvolvida entre os séculos XVI e XVIII, cuja ideia de soberania estava relacionada a um Estado protecionista e mercantilista, para uma economia política que tendeu a governamentalizar o Estado, ou seja, na passagem do protecionismo estatal para um liberalismo que propôs uma nova relação entre o poder, o indivíduo e a população. Segundo Foucault,

Por ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. (...) enfim, por ‘governamentalidade’, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado Administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, ‘governamentalizado’ (2006, p. 303).

Entende-se o papel relevante das estatísticas nesse processo de governamentalização do Estado, pois se trata agora de auferir dados que

até então não eram estruturantes no processo administrativo. A estatística como “ciência de Estado” começa a entrar na arte de governo no século XVII, mas é no século XVIII em diante que ela tenderá cada vez mais a se tornar a lente a partir do qual se poderá conhecer e gerir o que antes era uma massa turva, que é a população, ou ainda, este “conjunto dos indivíduos submetidos às técnicas de biopoder” (BRANCO, 2015, p. 102). A governamentalidade biopolítica fez das morbidades, epidemias, nascimentos, mortes, longevidade e, ainda, das tipologias raciais, objetos de cálculo político e de intervenção especializada. A raça se institui, neste contexto, como a possibilidade de partição, repartição e unificação do corpo-espécie, entendido, ainda, no cômputo do Estado-nação, como veremos. O que é esta população que deverá ser convertida em povo, em membros de uma comunidade nacional? E no caso brasileiro, como esta questão foi “respondida”? De quais tecnologias biopolíticas se lançou mão para constituir, orientar e controlar o destino biossocial da população/povo/raça, neste caso?

3 Raça e nação no Brasil: aporias biopolíticas

A partir dos anos 1870, um “bando de ideias novas” movimentará a até então “tediosa” vida intelectual brasileira. Se a afirmação pode incorrer em certo exagero, comum quando se trata de dar tintas e cores fortes às mudanças de perspectiva do pensamento social e político, o fato é que foi com a chamada “geração de 1870” que as lentes interpretativas do país foram redimensionadas e gestaram os elementos mentais que deram feição à ideia de Brasil, pelo menos àquela feição que nos chega até os anos 1970. A partir de dois centros de saber, a Faculdade de Direito de Recife e a Escola de Medicina da Bahia, uma série de intelectuais e cientistas passaram a traduzir as novas bases de pensamento oriundas do darwinismo, evolucionismo social e positivismo que já agitavam o pensamento europeu.

Essa geração de intelectuais tratou de tomar o Brasil como objeto de pensamento, colocando em “xeque” os maneirismos e o europeísmo do pensamento que norteou o longo período Imperial. A emergência do republicanismo, a crise do sistema escravista e a corrosão política que estava na base de sustentação da antiga casa de Bragança caracterizavam um contexto de amplas mudanças na *forma mentis* nacional. Abria-se o espaço para “passar em revista” a cultura do país e problematizar as narrativas da “identidade nacional”, agora colocadas nos termos do cientificismo. Podemos afirmar que as questões levantadas sobre a cultura brasileira por essa geração estão na base dos grandes debates da Primeira Repú-

blica e forneceram, ainda, os elementos que compuseram a (re)construção da nação a partir da Revolução de 1930. E de todas as questões suscitadas nesse processo de reinvenção da nação destaquemos as questões em torno da raça, da miscigenação e da população. Traduzindo nos termos conceituais que orientam este artigo, podemos dizer que é a partir dessa geração de 1870 que as estratégias de poder-saber passaram a constituir o “corpo-espécie” da população brasileira, fundamental no processo de emergência da biopolítica que caracterizou o Estado, sobretudo a partir dos anos 1920 e 1930. Mas antes de prosseguirmos nossa análise é preciso um breve apontamento dessa insurgência da raça que tantas questões impuseram aos intelectuais, cientistas e estadistas brasileiros daquele período.

O século XIX fez da raça a chave interpretativa da História, na profícuca interpretação de Hannah Arendt (2012, p. 249 e seg). A raça se tornou fator “determinante” na formação do “cimento constitutivo” da ideia de nação, pois oferecia a possibilidade de naturalização do sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional. Mensurada e traduzida cientificamente, a raça conferiu à ideia de povo certa objetividade, posto que este podia ser definido, unificado e genealogicamente fundado sobre um território próprio. O conceito de povo, nesse sentido, pode ser relacionado à raça nacional, atendendo ao princípio “um Estado, uma nação”. E esta será uma questão cara aos intelectuais e cientistas brasileiros, até porque, vale lembrar, as percepções sobre o povo americano, nomeadamente o brasileiro, durante os séculos XVIII e XIX não ofereciam alento para quem esperava construir uma civilização moderna nos trópicos.

A primeira classificação da espécie humana em raças, ou tipos, do ponto de vista científico, foi desenvolvida por Carl Von Linné (1701-1778), que identificou seis categorias: o Homem Selvagem, o Americano, o Europeu, o Asiático, o Africano e o Monstro (PRATT, 1999, p. 55-75). Linné fez a primeira tentativa de relacionar atributos anatômicos com comportamentos morais. Segundo observação do biólogo Stephen Jay Gould, Linné já procurava relacionar os tipos raciais a comportamentos psicológicos e culturais. Para Linné, por exemplo, enquanto o *Homo sapiens afer* (o negro africano) é “comandado pelo capricho” e é indolente, o *Homo sapiens europaeus* é “comandado pelos costumes” (GOULD, 1999, p. 21). Na mesma direção, o naturalista George Leclerc de Buffon, autor da monumental obra *Histoire Naturelle* (escrita entre 1749 e 1804 em 44 volumes), organizou a classificação racial atentando para os elementos climáticos e as características corporais, como a forma dos olhos, textura do cabelo, cor da pele e dimensões do corpo (De LUCA, 1999, p. 134). Como Linné, Buffon atribuía ao negro o estágio menos evoluído, cabendo ao

branco não só a superioridade biológica, mas também civilizatória. Buffon, na contramão de autores que defendiam as teses da perfectibilidade humana, como Rousseau, constrói uma visão negativa acerca do homem americano, como, de resto, da própria fauna e clima da América, um continente “imaturado” assolado por condições climáticas que impediam seu desenvolvimento. (GERBI, 1996 e BUFFON, 1771 [Tomo IX], p. 104-105).⁴ Cornélius DePauw, na esteira do negativismo de Buffon, também consagrou uma interpretação extremamente pessimista acerca da influência do clima americano sobre a constituição da vida no “novo mundo” (DePAUW, 1770, p. 4).⁵

O que se construiu no século XVIII, ainda que muito sustentado por um eruditismo e precária objetividade (GERBI, 1996), era uma visão sobre a diferença que não tardou a se tornar um contraponto importante à ideia de igualdade oriunda das revoluções burguesas, no caso específico, da Revolução Francesa (1789). Foi no decorrer do século XIX que a ideia de raça como marcadora das diferenças, para além do universalismo e “abstracionismo jurídico” iluminista, será levada à “objetividade científica”, estabelecendo critérios efetivos que procuravam relacionar hereditariedade com inclinações morais e aptidões intelectuais (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

O termo raça, do ponto de vista científico, foi introduzido a partir da obra de Georges Curvier (1769-1832), “inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 47). A partir da criação da *Anatomia Comparada*,

4 Depois de apontar para “inferioridade” da natureza do Novo Mundo, Buffon faz a seguinte observação sobre o senso civilizatório do homem americano: “Il ne faut pas aller chercher plus loin la cause de la vie dispersée des Sauvages et de leur éloignement pour la société: la plus précieuse étincelle du feu de la Nature leur a été refusée; ils manquent d’ardeur pour leur femelle, et par conséquent d’amour pour leurs semblables: ne connoissant pas l’attachement le plus vif, le plus tendre de tous, leurs autres sentimens de ce genre sont froids et languissans; ils aiment foiblement leurs pères et leurs enfans; la société la plus intime de toutes, celle de la même famille, n’a donc chez eux que de foibles liens; la société d’une famille à l’autre n’en a point du tout: dès-lors nulle réunion, nulle république, nul état social. Le physique de l’amour fait chez eux le moral des mœurs; leur cœur est glacé, leur société froide et leur empire dur. Ils ne regardent leurs femmes que comme des servantes de peine ou des bêtes de somme qu’ils chargent, sans ménagement, du fardeau de leur chasse, et qu’ils forcent sans pitié, sans reconnaissance, à des ouvrages qui souvent sont au dessus de leurs forces: ils n’ont que peu d’enfans; ils en ont peu de soin; tout se ressent de leur premier défaut; ils sont indifférens parce qu’ils sont peu puissans, et cette indifférence pour le sexe est la tache originelle qui flétrit la Nature, qui l’empêche de s’épanouir, et qui détruit les germes de la vie, coupe en même temps la racine de la société. L’homme ne fait donc point d’exception ici”. (1771 [Tomo IX], p. 104-105).

5 Dizia DePauw na obra *Recherches Philosophiques Sur Les Américains*, de 1770: “Le climat de l’Amérique étoit au moment de la découverte, très-contraire à la plupart des animaux quadrupèdes, qui s’y font trouvés plus petits d’un lixième que leurs analogues de l’ancien continent. Ce Climat étoit fur-tout pernicieux aux hommes abrutis, énérvés & viciés dans toutes les parties de leur organisme d’une façon étonnante” (1770, p. 4).

Curvier tomou as funções orgânicas como parâmetro a partir dos quais estabeleceu os processos de especialização fisiológica das espécies. No que diz respeito às raças, Curvier as resumiu em três: a branca, a amarela e a negra. Os estudos de Craniologia de Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) levaram a uma divisão mais complexa, sugerindo a divisão das raças humanas em mongol, etíope, americana, malaia e caucasiana (De LUCA, 1999, p. 138). Para encerrar essa pequena digressão acerca da construção da ideia de raça na modernidade, é preciso lembrar de Jean Louis R. Agassiz (1807-1873), suíço naturalizado norte-americano, e Samuel George Morton (1799-1851), pois esses dois autores, ferrenhos adeptos do poligenismo, deixaram marcas profundas não somente na “ciência das raças”, mas na condução de políticas racistas, sobretudo nos EUA. Para esses poligenistas que acreditavam que as diferenças entre “raças” eram resultado de evoluções paralelas, oriundas de diferentes centros de criação, a miscigenação era o fator mais significativo da degeneração humana. Nesse sentido, para Agassiz, Morton e seus seguidores, os negros constituíam outra forma de vida, não podendo participar do instituto da igualdade entre os homens (GOULD, 1999, p. 26). Como exemplo da visão desalentadora de Agassiz sobre a miscigenação, apontamos para uma correspondência deste a S. G. Howe, de 9 de agosto de 1863:

A ideia de amalgamamento é para mim causa do mais repugnante sentimento. O amalgamamento é o fundamento de algum dos esquemas mais doentios. Onde quer que seja praticada, a miscigenação entre as raças produz sombras de população, uma sociedade nunca regular ou instável. Do ponto de vista da fisiologia, uma boa política é colocar todos os obstáculos possíveis ao cruzamento das raças e ao aumento dos mestiços. A mestiçagem não é natural, como apresentado pela sua própria constituição, seu físico doentio e sua infecundidade. Ela é imoral e destrutiva das qualidades sociais assim como cria relações artificiais e multiplica as diferenças entre os membros de uma mesma comunidade (AGASSIZ, August 10, 1863, [1885], 2004).⁶

Morton asseverava, em relação aos negros, que eles

são proverbialmente apreciadores de suas distrações; nas quais eles se engajam com grande exuberância de espírito; e um dia de trabalho árduo não é uma barreira para uma noite de festança. Como a maioria das outras nações bárbaras, suas instituições são frequentemente caracterizadas pela superstição e crueldade (1839).

6 Tradução do autor.

Podemos ter uma ideia de como a “ciência das raças” implicou uma visão extremamente negativa em relação ao Brasil. Exemplo muito citado dessa visão da degeneração racial no Brasil são as impressões do Conde de Goubineau (1816-1882), quando de sua estada como diplomata francês na Corte de D. Pedro II. Para Goubineau, autor do célebre *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1858), segundo Sousa, “a miscigenação de raças produzira-lhe desagradável impressão frequentemente expressa pelo diplomata em atitudes e palavras”. Atenta-se para a recolha de Sousa da seguinte manifestação do Conde: “Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos” (SOUSA, 2013, p. 22).

A ideia de pureza ou, pelo menos, de um tipo racial definido que se pudesse identificar e atribuir um “stock” genético homogêneo eram fundamentais nesse processo de invenção da nação. Se a raça, como colocamos acima, se tornou elemento considerável na construção das narrativas identitárias nacionais, no caso do Brasil, que nos interessa pontualmente, outras problematizações suscitavam novos arranjos na construção da “ontologia” nacional.

Os intelectuais do período pós-abolição, mormente entre o final do século XIX e os anos 1930, abriram um campo de discussões sobre a nacionalidade brasileira majoritariamente norteado pelas questões desdobradas do discurso biológico. Os grandes debates sobre eugenia e sanitarismo, ou higienia, bem como os embates sobre a condenação da civilização brasileira em função da degenerescência provocada pela miscigenação ou mesmo sua redenção pelas próprias mãos da miscigenação, estiveram no centro do debate na época.

Independentemente das diversas posições assumidas por esses intelectuais, como veremos, o fato é que eles inauguraram uma nova postura, menos contemplativa e gongórica, e assumiram o pensamento como forma de ação e intervenção social. De acordo com Roberto Ventura, eles “procuraram converter a palavra em ação, transformar o mundo pela força redentora do discurso” (2001, p. 16). Esta é a mesma posição de De Luca, para quem essa geração propôs um projeto para a nação (1999).

É preciso inquirir, nesse sentido, como se desenhou essa narrativa nacional e como ela se constituiu como um dispositivo biopolítico, fundamental na própria estratégia de governo do Estado, doravante o Estado pós-1930, na construção da ideia de nacionalidade.

3.1 Eugenia e além

A miscigenação foi um dos maiores problemas enfrentados para se tentar certa objetividade para categorizar a população brasileira, a começar pelas classificações dos tipos humanos que compunham essa população cromatizada por séculos de misturas “raciais”. E no centro destes problemas estava, de fato, o negro, a presença dos “stocks” raciais africanos na composição da nação. Tentativas de classificação da população aparecem desde os primeiros cronistas e historiadores do Brasil. Arthur Ramos recolheu várias dessas tentativas de classificação. Chamamos a atenção para o cronista holandês Marcgrave em sua *História Natural do Brasil*, de 1648, muito citada pelo naturalista George de Buffon, vale notar. Dizia ele:

Devido à mescla de várias nações, encontram-se cinco raças de homens, a saber: os que nasceram aqui, de pai e mãe europeus, chamados *Mazombo*; os que nasceram de pai europeu e mãe indígena, chamados *Mamelucos*; os que nasceram de pai europeu e mãe africana, chamados *Mulato*; os que nasceram de pai indígena e mãe africana, chamados *Cariboca e Caboclos*; aos que nasceram de pais negros, chama-se *Criolo* (RAMOS, [1952] 2004, p. 68).

Ramos chama a atenção ainda para o termo “pardo” que começa a aparecer nas descrições sobre a população brasileira: “Ao resultado dos cruzamentos, nos quais não se puderam distinguir os grupos formadores, dá-se o nome geral de pardos, embora esta expressão se aplique também aos mulatos” (RAMOS, [1952] 2004, p. 65).

As subdivisões mestiças, via de regra, consideravam como matriz original as três “raças”: branco, negro e índio. Ignorava-se, nessas generalizações, a diversidade racial-étnico-cultural das populações originárias, como é o caso da africana e da indígena. No caso do negro, o médico e antropólogo baiano Nina Rodrigues (1862-1906) foi quem, embasado pelo conhecimento científico e não apenas pelo eruditismo e empiria “vulgar” dos cronistas, se debruçou sobre a classificação dos afro-brasileiros, atentando para a diversidade racial e étnica ([1932] 1982). Segundo Mariza Corrêa, “a questão principal que Nina Rodrigues e seus seguidores se colocavam dizia respeito à nossa definição enquanto povo e a deste país como nação” (2001, p. 10).

No final do século XIX, Nina Rodrigues escreveu vários trabalhos que, segundo Schwarcz, apontam para a “criminalidade mestiça [como] uma peculiaridade nacional” (2012, p. 22). Este é o período em que Nina Rodrigues introduz no Brasil as teses da Escola de Antropologia Criminal Italiana, liderada por Cesare Lombroso, controverso “criador” das tipolo-

gias fenotípicas do homem criminoso (DARMON, 1991). Vale notar que Nina Rodrigues dedicou a Lombroso o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894). Para Rodrigues não restavam dúvidas sobre as hierarquias raciais, e suas pesquisas no campo da Criminologia e da Medicina Legal apontavam para o papel do atavismo africano na composição racial do Brasil. Os mestiços, para o médico baiano, não podiam ser considerados como um “tipo” único, ao contrário, chamava a atenção para a hierarquização entre eles: mestiços superiores e inferiores.

O pardo aparece para Nina Rodrigues como um “lugar” de “indecibibilidade”. Segundo aponta no texto *Os mestiços brasileiros*, incluso na coletânea reunida por Arthur Ramos intitulada *As colectividades anormais*, “finalmente sob a denominação pouco conveniente de *pardos*, reunimos mestiços complexos em que se associam os caracteres das três raças, mas de modo a não ser possível incluí-los de preferência neste ou naquele grupo de mestiços de primeiro sangue” (1939, p. 210).

As pesquisas sobre os mestiços brasileiros, suas especificidades tipológicas e hierarquia evolutiva levaram Nina Rodrigues a escrever uma obra, na esteira da antropologia criminal italiana, crítica à ideia iluminista do livre arbítrio ou mesmo do Evolucionismo Social, como defendido por parte significativa dos juristas da época, como Tobias Barreto e Clóvis Beviláqua, oriundos da Escola de Recife. Nos primeiros capítulos da obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Nina Rodrigues tratou de “refutar” os princípios da igualdade jurídica, contrapondo a necessidade de considerar as diferenças (bio)evolutivas na composição racial da sociedade, visíveis, inclusive, nas compleições físicas e mentais que formam determinados grupos raciais do país. Nina propunha uma forma biodeterminista para pensar as questões relacionadas à imputabilidade e à inimputabilidade penal. Assim colocava o problema: “Pode-se exigir que todas essas raças distintas respondam por seus actos perante a lei com igual plenitude de responsabilidade penal?” (1894, p. 111). Para ele:

Se, de facto, a evolução mental na especie humana é uma verdade, à medida que descermos a escala evolutiva, a mais e mais nos deveremos approximar das acções automaticas e reflexas iniciaes. Deste geito, nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fonte e origem de actos violentos e anti-sociaes, por muito predominarão sobre as acções reflecti-das e adaptadas, que só se tornaram possíveis, nas raças cultas e nos povos civilisados, com o apparecimento de motivos psychicos de uma ordem moral mais elevada (1894, p. 88).

O paradigma da igualdade jurídica criticava o médico baiano, ignorava as implicações das diferenças raciais para as diferentes sensibilidades frente à moralidade e ao crime. “Por ventura pode-se conceder que a consciencia do direito e do dever que teem essas raças inferiores, seja a mesma que possui a raça branca civilisada?” (1894, p. 112). Para defender sua tese, lança mão também das teses evolucionistas de Herbert Spencer, do qual retira a seguinte citação, entre tantas:

Em todo o reino animal (...) todo cruzamento entre variedades que se tem tornado muito estranhas uma da outra, no physico nada produz que preste; ao contrario, a união entre variedades ligeiramente differentes dá, na physico, bons resultados. Dá-se o mesmo para a natureza mental? A julgar por certos factos, a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um typo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta emfim para genero algum de vida (1894, p. 133).

Nina afirma que as diferenças encontradas nos tipos mestiços brasileiros apontam para a necessidade de um regramento desigual no que diz respeito à responsabilidade penal, o que, em sua opinião, deveria ser considerado para a proposição de dois Códigos Penais no Brasil.⁷ Esta visão sobre a mestiçagem não é unívoca entre os intelectuais e cientistas da época, longe disso, a se considerar, por exemplo, a influência da Escola Sociológica Francesa que instruía muitos dos juristas e pensadores sociais, como é o caso do próprio autor do Código Civil brasileiro de 1917, o já citado Clóvis Beviláçqua (SILVA, 2003).

O pessimismo em relação à miscigenação – um entrave civilizatório – considerada no exemplo da obra de Nina Rodrigues, norteou parte significativa dos intelectuais e cientistas do final do século XIX e primeira década do século XX. E foi na esteira do “racismo científico”, coevo ao contexto da emergência do nacionalismo e do processo de construção das narrativas identitárias dos Estados-nação europeus, que parte da *in-*

7 A título de resumo das conclusões de Nina, destacamos: “**Primeiro**, o dos mestiços superiores, que ou pela predominancia da raça civilisada na sua organização hereditaria, (...) devem ser julgados perfeitamente equilibrados e plenamente responsaveis. **Segundo**, o dos mestiços evidentemente degenerados, que, em virtude de ‘anomalias de sua organização physica, bem como de suas faculdades intellectuaes e moraes’, devem ser considerados, na phrase de Morel, ‘tristes representantes de variedades doentias da especie’. (...) Dentre elles, uns devem ser total, outros parcialmente irresponsáveis. **Terceiro**, os mestiços comuns, productos socialmente aproveitaveis, superiores ás raças selvagens de que provieram, mas que, já pelas qualidades herdadas dessas raças, já pelo desequilíbrio mental que nelles operou o cruzamento, não são equiparaveis ás raças superiores e acham-se em imminencia constante de commetter acções antisociaes de que não podem ser plenamente responsaveis. São casos todos de responsabilidade atenuada” (1894, 167-168).

telligentsia brasileira passou a ver a eugenia como um movimento redentor para a construção nacional.

O Movimento Eugenista no Brasil, no entanto, precisa ser considerado em suas especificidades, comparado ao Movimento na Alemanha e nos EUA, onde encontramos políticas públicas efetivamente norteadas por uma eugenia do tipo “negativa”, intervencionista e municiada por propostas de esterilização e eutanásia assistida (BLACK, 2003; STEPAN, 2005). Estas políticas, em que pese terem sido suscitadas por parte significativa dos eugenistas brasileiros, não foram consensuadas e passaram longe dos legisladores republicanos. Isso posto, não podemos atenuar o eugenismo no Brasil, pois se ele será de outra ordem que não a dos pressupostos negativos, como analisaremos a seguir, ainda assim será extremamente influente no pensamento social e na forma como as narrativas identitárias nacionais foram construídas, sobretudo a partir dos anos 1930. É a esta especificidade da eugenia brasileira que precisamos nos ater, até porque é preciso estar atento à interpenetração da eugenia e do sanitarismo, que por vezes aponta para contradições, mas que, em realidade, nos mostra o quanto os intelectuais e cientistas da época transitavam, sem muitas fidelidades, ou por conversão sincera, pelas “verdades” à disposição.

Entre os anos de 1910 e 1930 ocorreu, por parte significativa dos intelectuais e cientistas do país, um verdadeiro encantamento pelas teses de Francis Galton. De acordo com Souza,

O primeiro trabalho a abordar de forma mais ampla os pressupostos eugênicos apareceria em 1914, numa tese intitulada “Eugenia”, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo jovem estudante Alexandre Tepedino. O trabalho seria orientado pelo influente médico e professor Miguel Couto, uma das principais autoridades no interior da comunidade médica e intelectual brasileira (2012, p. 5-6).

Não é sem sentido que nesse período foram criadas sociedades e ligas de caráter eugenista, como são os casos da *Sociedade Eugênica de São Paulo* (1918), da *Liga Pró-Saneamento* (1918) e da *Liga Brasileira de Higiene Mental* (1923). Desta última faziam parte médicos e psiquiatras eugenistas como Juliano Moreira, que dirigiu a instituição de *Assistência aos Alienados*, Afrânio Peixoto, discípulo de Nina Rodrigues e responsável pela institucionalização da Medicina Legal no país, Maurício de Lacerda, Renato Kehl, Heitor Carrilho, Gustavo Riedel, Plínio Olinto e Ernani Lopes, entre outros. Renato Kehl, considerado o mais importante divulgador da eugenia no Brasil, foi o fundador da citada *Sociedade Eugênica de São Paulo*, a primeira na América Latina, e publicou inúmeras obras sobre

eugenia. Dentre as tantas manifestações de Kehl, recolhemos apenas algumas a título de exemplo de sua postura. Para Kehl,

há um determinismo, entretanto, que é verdadeiro, indiscutível — é o determinismo biológico. Os estudos modernos sobre temperamento demonstram, à evidência, que todos nós estamos presos a uma fatalidade orgânica e psíquica à qual não podemos fugir, e que os nossos atos dependem, essencialmente, de nossa constituição, de nosso temperamento e não da simples influência do meio e de circunstâncias mais ou menos imprevisíveis (1927, p. 49).

Frente a essa postura biodeterminista a eugenia se constituiu como estratégia de intervenção na hereditariedade, pois somente dirigindo, guiando e gestando a vida é que se poderia “salvar” a humanidade, ou melhor, a nação, da progressiva degeneração. Fica evidente o componente salvacionista que os eugenistas mais radicais atribuíam à ciência de Galton. Para Kehl, “a eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bela, mais moralizada, mais inteligente” (1923, p. 50). É nesse sentido que os eugenistas devem trabalhar para “impedir a proliferação sempre crescente dos inúteis, dos incapazes, que constituem os parasitas inocentes, cooperadores das dificuldades da vida. Estes nada produzem; aumentam, entretanto, a miséria e tributam a parte sã que trabalha” (1923, p. 47).

Considerando esses breves excertos dos textos de Renato Kehl, podemos identificar como o discurso biológico vai se instituindo como uma forma de poder-saber fundamental para as novas “verdades” que deveriam guiar os rumos da sociedade, ou melhor, servir de base para os planejadores sociais organizarem as condições a partir das quais a sociedade acordaria sobre seu futuro, quem deveria continuar ou ficar pelo caminho.

A amplificação do campo biológico como dinâmica da vida social está relacionada a um novo tipo de funcionamento do racismo, até porque o racismo não é uma invenção moderna, mas, como lembra Foucault, na modernidade ele funciona de um modo novo (2002, p. 304). Como um saber sobre a vida, que possibilita entender a mecânica da produção da vida, que propõe melhorar a vida, está na base de uma relação de poder que solicita e induz também à morte? A resposta está na maneira como o biopoder racializou o Estado. Foucault faz a seguinte observação sobre o racismo que merece atenção: “Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: um corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (2002, p. 304). Essa é a lógica tanto da guerra contra os outros, os de fora, como os de dentro, que estão no interior da própria população. Vai

nesse sentido a afirmação do eugenista Octávio Domingues, quando atenta para o crescimento populacional e a multiplicação dos anormais em detrimento dos tipos eugenizados: “o que estamos assistindo no mundo é a essa coisa inominável, tremenda: multiplicação inconsciente dos resíduos hereditários e sociais, e decréscimo proporcionalmente mais acentuado dos construtores das nacionalidades” (1942, p. 242).

No “clássico” *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920 (2005), Oliveira Viana (1883-1951) deixa impressões irascíveis sobre a formação da população nacional. O arianismo de Viana conduz toda sua análise da formação social brasileira. Para ele,

é lei antropológica que os mestiços herdem com mais frequência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais. Os mestiços desta espécie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade dos seus instintos, na instabilidade do seu caráter. O sangue disgênico, que lhes corre às veias, atua neles como a força da gravidade sobre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente, à medida que se sucedem as gerações ([1920] 2005, p. 173-174).

Estes mestiços inferiores, totalmente incapazes de aproximação com o tipo ariano, formam uma massa populacional que se aglomera nos mais baixos níveis sociais. Estes, segundo Viana, “na composição do nosso caráter coletivo entram, mas apenas como força revulsiva e perturbadora. Nunca, porém, como força aplicada a uma função superior: como elemento de síntese, coordenação, direção” ([1920] 2005, p. 180). Aos mestiços considerados superiores, parcela diminuta, Viana considera que são suscetíveis de “apuramentos sucessivos”, que em quatro ou cinco gerações podem perder seu sangue bárbaro e até confundirem-se com o branco, tendo em vista o processo de branqueamento ([1920] 2005, p. 177). Um branqueamento muito seletivo, haja vista que Oliveira Viana considerava somente os mestiços superiores como “competentes” para se aproximar não apenas de uma moral, mas de um fenotípico branco, ou melhor, ariano.

É preciso chamar a atenção para o dissenso. Ao lado de visões pessimistas em relação à mestiçagem como vetor da degeneração da população brasileira, encontramos, sem contudo operar um deslocamento das perspectivas racialistas e eugênicas, intelectuais e cientistas que repercutiram outra percepção acerca da mestiçagem. Costuma-se apontar a conferência do diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Batista de Lacerda (1846-1915), intitulada *Sur les metis au Brésil*, no Congresso Universal das Raças realizado em Londres no ano de 1911, como um marco da positivação da mestiçagem nacional. Segundo Schwarcz, “nes-

se ensaio, o país não era apenas caracterizado como mestiço, como se exaltava a mudança operante no local: ‘o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução’” (1994, p. 138). Lacerda falava em nome do governo brasileiro, e talvez seja este fato que confere um significado maior a essa manifestação heterodoxa, considerando o entendimento dominante entre os intelectuais europeus. Silvio Romero, ainda no século XIX, já apontava para uma visão redentora da miscigenação, o que ficou consagrado na ideia de branqueamento da população. Romero, por isso, mereceu críticas de Nina Rodrigues, para quem as suas ideias eram pouco prováveis. Dizia Rodrigues:

Não acredito na unidade ou quasi unidade ethnica, presente ou futura, da população brasileira, admittida pelo Dr. Sylvio Romero: não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o territorio do paiz: considero pouco provavel que a raça branca consiga fazer predominar o seu typo em toda a população brasileira (1894, p. 90).

É sabido que Romero, no final da vida, já não advogava tal opinião otimista, caindo num pessimismo fatalista sobre o futuro da nação (branqueada), que segundo ele se tornaria viável apenas no século XXIV (SOUZA, 2004, p. 22). De qualquer forma, a ideia vingou, e podemos considerar que a miscigenação se tornaria o dispositivo redentor do país.

As discussões sobre a raça nacional, o problema da miscigenação e mesmo o movimento eugenista são coevos a outra maneira de problematizar a população que precisa ser considerada neste texto. Trata-se do movimento sanitaria, ou higienismo, que também foi suscitado a partir do momento em que o corpo-espécie da população foi trazido para o centro dos debates nacionais, sobretudo aqueles debates que tinham no processo de medicalização da sociedade sua ênfase. Mesmo não sendo o objeto central deste artigo, é preciso pontuá-lo e chamar a atenção para a entrada da população no imaginário da nação. Duas publicações merecem referência. A primeira é a obra maior de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, de 1902; a segunda, dos médicos Artur Neiva e Belisário Pena, intitulada *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*, de 1916. Estas obras, cada qual a sua maneira, trouxeram o sertão para a agenda nacional. Ao acompanhar a Guerra de Canudos como jornalista, Euclides acabou por fazer uma minuciosa descrição do sertão e, acima de tudo, do sertanejo. Em que pese sua visão determinista, Euclides revelou um tipo humano, o sertanejo, jogado à própria sorte, mas que, apesar dos fatalismos, “era um forte”. Mais que revelar o sertanejo, a obra de Euclides tem uma contribuição efetiva para a “descoberta” do chamado “Brasil real”. Como chama a aten-

ção Skidmore, “para muitos leitores, esse seria seu primeiro contato com o sertão calcinado pela seca” (2012, p. 162). *Viagem Científica*, publicada quatorze anos depois de *Os Sertões*, se insere num amplo movimento sanitarista iniciado nos anos 1910 em prol da recuperação e integração do país e do homem do interior. Segundo Nísia Trindade Lima,

o retrato do Brasil, então esboçado, aponta a doença, e não o clima ou a raça, como principal problema para o progresso das regiões. O atraso estava intimamente associado ao isolamento ou, para utilizar os termos do relatório, ao abandono a que eram relegadas as populações do interior do Brasil (1998).

Em 1918, sob liderança de Belisário Pena, fora criada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, com participação dos principais setores da elite da época. Através de artigos em jornais, folhetos de educação sanitária, conferências, entre outras iniciativas, os membros da Liga criaram verdadeira mobilização nacional (LIMA e HOCHMAN, 1996, p. 26-27). Segundo Lima e Hochman, “uma tendência que se consolidou progressivamente consistiu em ver nas doenças o problema crucial para a construção da nacionalidade” (1996, p. 25). Para Miguel Pereira, médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, “o Brasil é um imenso hospital”. Esta frase pronunciada em uma conferência na Faculdade de Medicina, em 1916, segundo Lima e Hochman, “é apontada como um marco de origem da campanha do saneamento rural” (1996, p. 24).

A campanha de saneamento se tornou um polo aglutinador do nacionalismo e não é exagero afirmar que ela posiciona novos elementos teóricos que irão marcar a especificidade do próprio movimento eugênico brasileiro como um todo, mesmo em sua fase mais radical, no final dos anos 1920, o que não significa, no entanto, um distanciamento efetivo com as preocupações raciais. É preciso compreender esta complexidade e especificidade do pensamento eugênico nacional.

Na perspectiva do Sanitarismo a nação tinha salvação: era preciso sanear e curar o povo deste imenso hospital. Vários intelectuais importantes da época passaram a “militar” pelo saneamento, afastando-se das premissas deterministas do racismo científico. Exemplo notável desta postura fora Monteiro Lobato, proprietário, a partir de 1918, do importante veículo nacionalista a *Revista do Brasil*, responsável também pela publicação, a partir de 1919, dos “Annaes de Eugenia”. O caso emblemático do Jeca-Tatu e sua degeneração merece menção. Em 1918 é publicado *Urupês*, coletânea de textos que Lobato vinha repercutindo nos jornais desde 1914. Este livro traz a reedição de um ensaio em que o Jeca, o sertanejo degenerado, aparece como representante do homem brasileiro.

Considerando este contexto de exaltação do sanitarismo e a popularidade que Lobato já possuía na época, entende-se por que sua imagem do Jeca racialmente degenerado desencadeou fortes críticas. E, atento aos críticos, Lobato, no mesmo ano da publicação e sucesso de *Urupês*, muda a direção de suas reflexões sobre o Jeca e, por desdobramento, da interpretação do atraso brasileiro. Se o Jeca aparecia até então como o símbolo do fatalismo racial (Ele é assim!), agora ele se torna o produto do abandono e das péssimas condições sanitárias (Ele está assim!). Na quarta edição de *Urupês*, Skidmore chama a atenção para o fato de que Lobato se redime e se desculpa ao Jeca.

Cumpr-me [...] implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molengo, inerte. Tens culpa disso? Claro que não (SKIDMORE, 2012, p. 355).

É importante destacar, neste sentido, que a campanha Pró-Saneamento alargou os horizontes de uma eugenia que cada vez mais se confundiu com o higienismo, ou, no sentido que estamos utilizando, sanitarismo, mas é isso que fez com que a eugenia pudesse proliferar, tentacularizar e naturalizar. A expansão da ordem médica será também, por caminhos não lineares, a expansão da própria eugenia, considerando que as questões de saúde e de raça são equacionadas no pensamento eugenista. Como lembra Souza,

os primeiros passos do movimento eugênico se confundiam, de maneira geral, como discurso médico-sanitarista. Além dos *Anaes de Eugenia*, cujo conteúdo era amplamente dirigido às questões sanitárias e do meio social, as primeiras obras sobre eugenia estavam intimamente associadas ao ideário proposto pelo movimento sanitaria (2012, p. 8).

Este ideal sanitaria ia ao encontro da perspectiva da maioria dos eugenistas brasileiros, pois, como apontam vários pesquisadores, o que orientava o eugenismo no país era o chamado neolamarckismo, que postulava a influência do meio na transmissão de caracteres adquiridos às gerações futuras. Segundo Souza, “inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas entendiam que as doenças venéreas, a tuberculose, o alcoolismo, a nicotina e outras drogas e infecções – os chamados “venenos raciais” – poderiam degenerar a prole de pais portadores destes “males”” (2012, p. 9). Não é exagero afirmar que é a partir desse processo de medicalização da sociedade que a eugenia pôde proliferar, tentacula-

rizar e naturalizar. Exemplo marcante é a educação, que será cada vez mais norteada pelo saber médico e eugenista/higienista.

Esta interpenetração entre eugenia e sanitarismo fica evidente, ainda, na organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, solicitado por um médico, presidente da Nacional Academia de Medicina, Miguel Couto. O Congresso foi realizado entre os dias 1º e 7 de julho de 1929, com programação distribuída em três sessões: Antropologia, Genética e Educação e Legislação. Sintomática da orientação que a eugenia assumia no final dos anos 1920 é a Conferência de abertura, por Levi Carneiro, que fora toda norteada por preocupações com a Educação. Pietra Diwan destaca, também, que:

havia uma hierarquia no interior do Congresso, uma vez que as discussões sobre legislação eram mais valiosas do que as questões de genética e de antropologia. Isso sugere o interesse dos participantes do CBE na disputa pela formulação de leis entre médicos e advogados em favor da eugenia (2007, p. 113).

A educação, vale notar, já se constituía como prioritária, inclusive, no centro maior dos eugenistas brasileiros, o *Instituto Brasileiro de Eugenia*, coordenado pelo próprio Kehl. O *Instituto* publicou, entre 1929 e 1933, o periódico *Boletim de Eugenia*, cujo objetivo maior era divulgar e propagar os princípios eugenistas. Rocha observa, nesse sentido, que “um dos temas tratados por diversos autores que escreveram no *Boletim de Eugenia* foi a educação” (2011, p. 166). De fato, num breve levantamento junto aos *Boletins* nos deparamos com um número significativo de artigos sobre Educação, sobretudo com ênfase em educação sexual e currículo escolar. Renato Kehl, em artigo publicado no periódico, intitulado *O ensino da Eugenia nas escolas secundarias*, afirmava:

A educação eugenica é imprescindível para o progresso biologico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiaes e normaes, como materia á parte ou, não sendo possivel, como parte da historia natural ou da hygiene (1931, p. 5).

Buscava-se uma educação moralizadora e atenta às questões que apontavam para a necessidade de cultivar comportamentos, moralidades e, ainda, mas não menos importante, um corpo saudável. E não é sem sentido o surgimento da disciplina *Educação Física* nesse contexto. Ela aparecerá na Constituição de 1934 como obrigatória nas escolas do país (SILVA, 2013).

Na mesma direção de uma educação eugênica, está a moralidade que atenta para as questões de direito, ou seja, não apenas para uma

consciência do indivíduo sobre seu papel na preservação de uma espécie sadia e racialmente eugênica, mas a uma moralidade que informa a própria justiça. Para Octavio Domingues, a “eugenia não é somente moral, mas está no verdadeiro coração da moralidade” (1942, p. 240). E é baseado numa moral eugênica que o autor afirma: “si ao indivíduo não assiste o direito de multiplicar suas taras, criando descendentes inferiores, a sociedade tem por sua vez o direito de providenciar para que êle cumpra esse dever moral, que assumiu implicitamente com a posteridade” (1942, p. 241-242). É a uma educação eugênica que se apela, e ela, a educação eugênica, para Domingues, “não é mais do que um corolário da educação sexual” (1942, p. 241-242). Uma educação da sexualidade que deve ser constituidora de uma consciência eugênica, implicada moralmente e, por desdobramento, juridicamente. Cabe à justiça punir os desvios dessa moralidade. Renato Kehl, nessa direção, asseverava: “o direito pune um criminoso que fêre um seu semelhante, mas deixa impune um individuo syphilitico que, consciente do seu mal, se casa, infecciona a mulher e dá a nascer filhos heredo-syphiliticos!” (1923, p. 49). Até porque, nessa lógica, “é crime contra a civilização, o descuido da geração de amanhã!”. Entende-se, assim, que deveria ser uma prioridade do Estado o policiamento das uniões matrimoniais, leia-se sexuais.

Com a Revolução de 1930 e a ascensão de um governo nacionalista, o debate que até então norteava os intelectuais e cientistas foi redimensionado pela esfera estatal. É nesse processo que a eugenia, ainda que tenha galgado espaços importantes na década de 1930, como fora o caso da criação, em 1931, de uma nova *Comissão Central Brasileira de Eugenia*, cederá cada vez mais espaço a outra ordem discursiva em que o racismo deveria ser interdito. Trata-se do surgimento da chamada “ideologia da democracia racial”.

4 Racialização sem racismo: biopolítica e democracia racial

A democracia racial, no decorrer dos anos 1930, se constituiu como um quadro explicativo da própria nacionalidade, fazendo da miscigenação a “prova material” da inexistência do racismo na sociedade brasileira, o que contrariava, evidentemente, muitos eugenistas que viam na miscigenação um fator disgênico para a constituição da população. O racismo assim como a luta de classes eram conflitos que não cabiam na nova narrativa da nação que procurava, agora, ser assentada na ideia de “equilíbrio de antagonismos”, ideia que consagrara a tese de Gilberto Freyre na obra *Casa-Grande & Senzala*, de 1933.

Ao fazer do mestiço o tipo nacional, a era Vargas estabeleceu uma nova equação entre raça, ciência e política. E essa equação potencializou a miscigenação transformando-a na matriz da própria nacionalidade. A biopolítica pós-1930 “racializa” o Estado ao mesmo tempo que “refuta” o próprio racismo. Um tipo de inclusão exclusiva que valerá, sobremaneira, para o negro, que passa a ser incluído (ou assimilado) na nacionalidade ao mesmo tempo que é excluído, do ponto de vista racial, pela via do branqueamento. O que podemos chamar de componente “eugênico” da narrativa identitária nacional será a política de branqueamento. Esta não deixou de atender à ideia de “purificação” da população nacional, prometendo eliminar seu componente mais nocivo ou disgênico (o negro), mas também funcionou como um dispositivo fundamental na construção da ideia de inexistência do racismo, pois que baseada na miscigenação positiva.

O mestiço seria a prova concreta de que o Brasil não era um país racista, o que ia ao encontro da nova política de unificação nacional da era Vargas. Como um país racista seria mestiço? Entende-se, nesse sentido, a eugenia brasileira como uma tecnologia de produção de uma população “racialmente” embranquecida, mas sem raça, de uma mestiçagem que atesta o não racismo ao mesmo tempo que elimina (em tese) o negro da população nacional e, por último, como uma estratégia que permite incluir o negro na nacionalidade através de um dispositivo que o exclui. Esse é o sentido, vale notar, das comemorações do Dia da Raça (19 de abril), da descriminalização da capoeira, da exaltação do samba como nacional, entre outras políticas dos anos 1930, instituídas por Vargas para homenagear o povo mestiço brasileiro. O processo de normalização da “cultura” africana pela via da mestiçagem possibilita não apenas a inserção destes elementos ou artefatos culturais nas narrativas da nação, mas, também, a organização de elementos dispersos e desordenados que urgem ser gestados. Veiga-Neto ressalta que “tudo isso implica trazer essas múltiplas cabeças para bem próximo, incluí-las e ordená-las num novo e cada vez maior e mais matizado campo de saberes” (2001, p. 114).

A biopolítica do Estado Novo fará da mestiçagem o dispositivo mais potente para garantir uma eugenia sem “raça”, baseada num cromatismo que se pretendia encaminhar para o branqueamento sem que o racismo pudesse ser acionado e, assim, a narrativa da nação podia ser celebrada. Como afirma Stepan, “a variante da eugenia identificada com higiene pública e compatível com a miscigenação racial e o mito da democracia racial ganhou apoio; eugenias reprodutivas extremadas, ou higiene racial ao estilo nazista, não” (2005, p. 177). Se muitos eugenistas conseguiram fazer valer algumas de suas ideias nas instituições do Estado, como no

Ministério do Trabalho, criado em 1934, observa-se, contudo, um “lento deslocamento da eugenia de volta à puericultura e preocupações com a saúde infantil na década de 1940” (STEPAN, 2005, p. 178).

A biopolítica do Estado, a partir do nacionalismo da era Vargas, tratou de conformar a população a partir de uma ideia de miscigenação que atuou proficuamente no impedimento da formação de uma “sociedade étnica e culturalmente pluralista, fragmentada, sem uma unidade soberana e autônoma” (GADELHA, 2009, p. 198). Segundo Stepan, “novos aparatos estatais foram desenvolvidos para criar tal consciência [homogênea de nacionalidade], mobilizar patriotismo, gerar um sentido de unidade nacional e aplinar as ‘disparidades étnicas’” (2005, p. 174). Entende-se, nessa direção política do Estado brasileiro, a interdição do racismo ou do reconhecimento público da “discriminação racial” como fundamentais para uma biopolítica que tendia a investir na constituição de uma população unificada justamente pela percepção de uma harmonia “racial”. Nessa construção harmônica está justamente instituído o princípio eugênico do branqueamento racial, pois, segundo Stepan, “fusões constituídas por meios raciais ou culturais que permitissem aos negros desaparecer e ao Estado-nação formar uma nova homogeneidade eram, elas próprias, consideradas ‘eugênicas’” (2005, p. 174).

É preciso lembrar, nesta construção da governamentalidade biopolítica da era Vargas, a importância que os dados censitários tiveram. A biopolítica dos anos 1930 lançou mão das tecnologias estatísticas para constituir a população nos moldes que o discurso da política de branqueamento e da democracia racial propunham. Em 1936, sob a responsabilidade do nacionalista Mário Augusto Teixeira de Freitas, foi criado o *Instituto Nacional de Estatística*, rebatizado, em 1938, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). A racionalização administrativa conquistada com a criação do IBGE foi um avanço significativo para a biopolítica do Estado. Os censos não são importantes apenas como tecnologias de contagem e esquadrinha da população, mas são importantes “porque estabelecem e institucionalizam categorias que podem se tornar moldes para a diferenciação social e, dessa forma, estruturam as relações raciais e a compreensão popular sobre raça” (TELLES, 2004, p. 67). Esta afirmação pode ser atestada quando observamos o “branqueamento” da população através da categoria “pardo” nos censos a partir dos anos 1940. No censo de 1940 os pardos correspondiam a 21,2% da população; em 1960, 29,5%; em 1990, 38,8%; e em 2010, 43,1% (IBGE).

Esse é o sentido da eugenia, ao fim e ao cabo, na construção das narrativas identitárias baseadas na chamada “ideologia da democracia

racial”. O investimento biopolítico na conformação de uma população que ascendesse ao branqueamento a partir da negação do racismo é um “feito notável” que revela como os novos regimes de verdade sobre a miscigenação a constituíram como dispositivo fundamental para as novas subjetividades da nação. Uma nação que se refunda sob a égide de um equilíbrio de antagonismos que atualiza cotidianamente a miscigenação como matriz da nacionalidade. Este é o sentido da tecnologia biopolítica que investiu sobre o corpo-espécie da população brasileira uma tecnologia que fez funcionar a raça a partir de sua exclusão.

5 Referências

ACTAS E TRABALHOS DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Rio de Janeiro: 1929.

AGASSIZ, Louis. *His Life and Correspondence*. Start of the project Gutenberg ebook, Louis Agassiz: his life and correspondence, [1885], July, 2004. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/etext/6078>.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos*. Editora: A Girafa, 2003.

BRANCO, Guilherme Castelo. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUFFON, George Leclerc de. *Histoire Naturelle*. Tome Neuvième. A Paris: de L'Imprimerie Royale, 1771. Disponível em: www.buffon.cnrs.fr. Acesso em: 10 set. 2014.

CARRARA, Sérgio. *Crime e Loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. São Paulo: Edusp e Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da Liberdade: A Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 35. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

De LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

DePAUW, Cornelius. *Recherches Philosophiques Sur Les Américains*. 1770. Disponível em: <https://archive.org/details/recherchesphilo00conggooq>. Acesso em: 01 set. 2014.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* – em cinco lições de eugenia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

DUARTE, André. *Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI*. s/d, Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm. Acesso em: 28 ago. 2014

FINKIELKRAUT, Alain. *A derrota do pensamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Ditos e escritos IV. Estratégia, Poder-Saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALTON, Francis. "Eugenics: Its Definition, Scope, and Aims". *Studies in eugenics. American Journal of Sociology*, v. 10, p. 1-25, Jul. 1905.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal, (Org); ANDERSON, Benedict (Coord). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 271-282

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Dados históricos dos censos. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/default_hist.shtm. Acesso em: 19 set. 2015.

KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social (Problemas da vida)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

_____. *Tipos vulgares: introdução à Psicologia da Personalidade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

_____. O ensino da Eugenia nas escolas secundárias. *Boletim de Eugenia*, ano III, n. 31, p.5, jul. 1931.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, ciência e Saúde – Manguinhos*, v.5 (suplemento), p. 163-193, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400010. Acesso em: 17 set. 2015.

_____; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

- MORTON, Samuel. *Crania Americana* (1839). Trechos disponíveis em: <http://www.facinghistorycampus.org/Campus/rm.nsf/sc/crania>. Acesso em: 01 set. 2014.
- NEIVA, Artur e Pena Belisário. *Viagem científica*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999 (1916).
- ODA, A. M. G. R. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry On-line Brazil* – part of *The International Journal of Psychiatry*, v. 6, n. 12, Dez. 2001. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm>. Acesso em: 5 ago. 2004.
- PELBART, Peter. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, abr. 2006.
- RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió: EDUFAL, [1952] 2004.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional*, Curitiba, v.6, n. 13, p. 162-177, 2011. Disponível em: http://www.sapiencia.pucsp.br/tde_arquivos/18/TDE-2011-02-22T10:15:42Z-10702/Publico/Simone%20Rocha.pdf. Acesso em: 17 set. 2015.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1894.
- _____. *As Coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- _____. *Os Africanos no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, [1932], 1982.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. Espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*, v. 8, n.20, p. 137-152, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>. Acesso em: 3 set. 2014.
- _____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. São Paulo: Claroenigma, 2012.
- SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. V.I *Estatísticas Desejadas* (c.1822-c.1889). Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006.
- SILVA, Carla Batista da. *Biopolítica e governamentalidade: conexões entre “raça”, saúde, educação e a emergência da população no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2013.
- SILVA, Mozart Linhares da. Direito e Medicina no processo de invenção do anormal no Brasil. In: SILVA, Mozart Linhares da (Org). *História, Medicina e Sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). *Revista Ibero-americana de Estudos e Educação*, Araraquara, v.8, n.4, 2013. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 5 set. 2014.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan.-jun. 2013.

_____. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v.6 n. 11, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>. Acesso em: 8 set. 2014.

SOUZA Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sívio Romero. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 9-30, 2004. Disponível em: <http://www.uepg.br/rhr/v9n1/911RicardoSouza.pdf>. Acesso em: 3 set. 2014.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

TELLES, Edward E. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. Tradução Ana Arruda Callado. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004. Disponível em: <https://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>.

VEIGA-NETO, Alfredo. "Incluir para excluir". In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo e LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 mai. 2015.

VENTURA, Roberto. "História e Crítica em Sívio Romero". In: ROMERO, Sívio. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, UFS, 2001.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – *Alimento e nutrição: no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 105 – *Misericórdia, Amor, Bondade: a misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 52 – *Ética e subjetividade: análise da estrutura subjetiva da vida ética segundo Lima Vaz* – Roseane Welter

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 234 – *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais – Thomas Kesseling*
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikwa e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Morais Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Cami-neiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odello Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição



Mozart Linhares da Silva é Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, com extensão na Universidade de Coimbra, Portugal. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e do Departamento de História e Geografia.

Obras do autor

SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997;

_____. *O Império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2003.

_____. *Eugenia, antropologia criminal e prisões no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

_____. *História & Cotidiano: 101 textos para pensar o mundo atual*. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2014.

Outras publicações

SILVA, Mozart Linhares da. O cromatismo que nega o negro. [14/09/2015]. Revista IHU On-Line, nº 472. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevistadores: Márcia Junges e Ricardo Machado.



UNISINOS